



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA**

FABRÍCIA ALVES DE ALMEIDA SILVA

**SOCIOLINGUÍSTICA E ENSINO: REFLEXÕES SOBRE VARIAÇÃO, ORALIDADE
E ESCRITA**

Cajazeiras-PB

2016

FABRÍCIA ALVES DE ALMEIDA SILVA

**SOCIOLINGUÍSTICA E ENSINO: REFLEXÕES SOBRE VARIAÇÃO, ORALIDADE
E ESCRITA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do curso de Letras da Universidade
Federal de Campina Grande – *Campus* de
Cajazeiras - como requisito de avaliação para
obtenção do título de licenciado em Letras - Língua
Portuguesa.

Orientadora: Prof^{fa}. Dr^a. Maria Nazareth de Lima Arrais

Cajazeiras-PB

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva - Bibliotecária CRB/15-1096
Cajazeiras - Paraíba

S586s Silva, Fabrícia Alves de Almeida
Sociolinguística e ensino: reflexões sobre variação, oralidade e escrita /
Fabrícia Alves de Almeida Silva. - Cajazeiras, 2016.
52f.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Nazareth de Lima Arrais.
Monografia (Licenciatura em Língua Portuguesa) UFCG/CFP, 2016.

1. Sociolinguística. 2. Variação linguística. 3. Oralidade e escrita. I.
Arrais, Maria Nazareth de Lima. II. Universidade Federal de Campina
Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 87'27

Título do Trabalho: **Sociolinguística e Ensino: Reflexões sobre variação, oralidade e escrita.**

Aluna: **Fabírcia Alves de Almeida**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 24 / 05 / 2016 como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras – Língua Portuguesa, da UFCG – Centro de Formação de Professores – Unidade Acadêmica de Letras, com a Média Final 10,0 pela seguinte Banca:

Maria Nazareth de Lima Arrais
Profa. Dra. Maria Nazareth de Lima Arrais
Orientadora

Hérica Paiva Pereira
Profa. Dra. Hérica Paiva Pereira
Examinadora

Abdoral Inácio da Silva
Prof. Esp. Abdoral Inácio da Silva
Examinador

Cajazeiras – PB

2016

Dedico esse trabalho à minha família, que sempre esteve ao meu lado, dando-me força e encorajando-me a seguir em frente, em meio às dificuldades que surgiram no meu caminho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois este meu sonho não seria tão satisfatoriamente alcançado se não fosse pela permissão Dele.

À minha mãe, Iracy Alves de Almeida, que tem me impulsionado a não desistir diante das primeiras dificuldades. Aprendi com ela que não devemos desanimar perante os obstáculos que a vida nos impõe, pois o nosso Deus é muito maior do que qualquer problema. Com Ele tudo é possível, basta acreditar.

Ao meu esposo, Tiago Luzinário da Silva, pela compreensão. Especialmente quando eu não podia conciliar o meu tempo de estudo com os momentos de festas com os amigos.

Ao meu filho, Luís Fernando Alves da Silva, que acompanhou o estudo desse trabalho ainda no meu ventre, possibilitando-me momentos mágicos e intensa alegria quando me sentia cansada.

Sou grata a minha orientadora, Dr^a Maria Nazareth de Lima Arrais, pelo incentivo, disponibilidade e paciência quanto ao auxílio na elaboração deste trabalho.

Fica também o meu agradecimento aos demais professores do Centro de Formação de Professores, que contribuíram para que meu conhecimento acadêmico e as boas relações amadurecessem em um percurso satisfatório para a conclusão desta etapa inicial.

Enfim, agradeço a todos que de maneira direta ou indireta ajudaram para que esta formação inicial fosse concluída. A todos, o meu muito “Obrigada!”.

“Se, como resultado da intervenção dos linguistas, o tema da variação acabou incorporado pelo discurso pedagógico, podemos dizer que não conseguimos ainda construir uma pedagogia adequada a essa área. Talvez porque não tenhamos ainda, como sociedade, discutido suficientemente, no espaço público, nossa heterogênea realidade linguística, nem a violência simbólica que a atravessa.”

Carlos Alberto Faraco (2005)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPOL - Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística

Nurc - Norma Urbana Oral Culta do Rio de Janeiro

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

Peul - Programas de Estudos sobre o Uso da Língua

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UCLA - Universidade da Califórnia em Los Angeles

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

Varsul - Variação Linguística da Região Sul do Brasil

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral refletir sobre a variação linguística e sobre as modalidades da língua portuguesa no contexto do ensino, a fim de assegurar a relevância e a necessidade de um espaço de discussão em sala de aula. Para alcançar este fim, traçamos como objetivos específicos: discorrer sobre a variação linguística sob o viés da Sociolinguística; discutir sobre a oralidade e a escrita, considerando as dicotomias e o *continuum*; elencar contribuições dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Língua Portuguesa para o estudo da variação, em ambas as modalidades. Partimos da ideia de que a variação linguística, presente na oralidade e na escrita, é decorrente de aspectos sociais. Porém, pode haver outros fatores que também influenciem a variação linguística, por exemplo, os aspectos internos à própria língua. Para sustentar a discussão, buscamos fundamento na Sociolinguística Variacionista de Labov (1969), que considera a variação linguística como um fenômeno que atinge tanto a oralidade quanto a escrita. No contexto da oralidade e da escrita, nos fundamentamos nas reflexões de Marcuschi (2007). Buscamos auxílio também nos PCN de Língua Portuguesa que, apoiados por este viés teórico, discute a necessidade de um ensino voltado para a variação. A metodologia privilegiada para desenvolver a pesquisa foi de natureza bibliográfica, isto é, trabalhou-se com a literatura existente. Quanto aos instrumentos de pesquisa, foram utilizados: fichamentos e resumos a fim de registrar e sintetizar considerações importantes. E como fonte de pesquisa foi usado material bibliográfico, especialmente livros e também foi consultado fonte webgráfica, como artigos, só que em número menor. Do estudo, pudemos afirmar que o processo de variação linguística é influenciado não apenas por aspectos linguísticos, mas também por fatores extralinguísticos e que acontece tanto na oralidade quanto na escrita.

Palavras-chave: Sociolinguística. Variação linguística. Oralidade. Escrita.

ABSTRACT

This work has as main objective to reflect about the linguistic variation and the categories of the Portuguese language in the education context, to ensure the relevance and the need for a space for discussion in the classroom. To achieve this end, we assume the following objectives: to discuss the linguistic variation through the line of Sociolinguistic; to discuss the orality and writing, considering the dichotomies and the *continuum*; to list the National Curriculum Parameters (PCN) contributions of the Portuguese Language, to study the variation in both categories. We start from the idea that the linguistic variation (it presents in orality and writing) is product of social aspects. However, there may be other factors also influence the linguistic variation, for example, the internal aspects of the own language. To consolidate the discussion, we seek foundation in Labov's (1969) Sociolinguistic Variationist, which considers the linguistic variation as a phenomenon that affects both orality as writing. In the context of orality and writing, we based on the reflections of Marcuschi (2007). We seek help also in the PCN of the Portuguese language, supported by this theoretical line; they discuss the need for a reformed education to the variation. The main methodology to develop the research was of bibliographical nature, in other words, we worked with the existing literature. For the research instruments, we used annotations and summaries to record and summarize important considerations. In addition, as research source, we used published materials, especially books, and we consulted internet materials, like articles, but in smaller numbers. From the study, we could declare that the linguistic variation process is influenced not only by linguistic aspects, but also by extralinguistic factors and that happens both in orality and writing.

Keywords: Sociolinguistic. Linguistic variation. Orality. Writing.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 SOCIOLINGUÍSTICA: o campo da variação	16
1.1 Apontamentos sobre a origem	16
1.2 Língua, linguagem e cultura	19
1.3 A mudança linguística	21
1.4 A variação linguística	26
2 ORALIDADE E ESCRITA: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO.....	36
2.1 Das dicotomias ao <i>continuum</i>	36
2.2 Os PCN e a variação linguística em sala de aula	42
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	51

INTRODUÇÃO

Muitas pessoas parecem não perceber, mas a forma de falar de um indivíduo pode revelar muita coisa sobre ele. Através de sua fala, podemos identificar, por exemplo, a que geração esta pessoa pertence, o seu *status* socioeconômico, o grau de escolarização ou ainda a sua naturalidade. Ou seja, começamos então, revelando a nossa identidade através da oralidade. O fato é que, independentemente do ambiente físico que estejamos e do propósito comunicativo, a fala vem antes de qualquer texto escrito. Levando em conta que, no dia a dia, as atividades linguísticas acontecem mais sobre a forma oral, a escola, portanto, precisa rever sua metodologia ao priorizar a escrita.

Nesse sentido, os professores devem também dedicar uma parte do tempo em sala de aula ao trabalho com a oralidade. Assim, se o professor usa parte da aula ensinando “como se deve escrever”, ele também deve ensinar aos alunos como usar a fala adequadamente nas diversas situações sociais. Devemos entender esse falar adequadamente não no sentido de falar a todo instante de acordo com as normas gramaticais, mas antes, adequar o uso da língua à situação comunicativa. Em outras palavras, o docente deve deixar claro para o aluno que a língua varia e que, portanto, dizer “nós fumos”, não está necessariamente errado. Isso porque, se buscarmos explicações etimológicas, veremos que esta construção verbal tem origem no latim “fúimus”, só depois passando para o português como “fomos”. Porém, este uso, nos dias atuais, é visto como proveniente do convívio familiar, bem como de uma relação de intimidade entre amigos, e por isso deve ser evitado em certas situações, tais como: a apresentação de um seminário, em uma entrevista de emprego, entre outras situações de comunicação que requerem o uso mais formal da linguagem. Assim sendo, a escola deve promover situações para que o aluno em seu processo de aprendizagem tenha consciência da necessidade de monitorar os usos da língua.

Agindo assim, a escola estará rompendo com o preconceito existente na sociedade de que as variedades linguísticas constituem uma transgressão às normas gramaticais. E que, na verdade, estas variedades linguísticas são nada mais

do que diferentes modos de expressar-se, cabendo à escola fazer com que os alunos entendam que o contexto situacional é que determinará qual variedade usar.

Da mesma forma, também o professor deverá proceder quando dirigir-se à modalidade escrita, pois cabe a ele demonstrar, por exemplo, que a escrita usada nas redes sociais, nas cartas e nos bilhetes é permitida naquela situação. Porém, na produção escrita de resumos, resenhas ou outros gêneros deve prevalecer o nível formal. A partir disso, o educador construirá, juntamente com os educandos, o conhecimento de que tanto a fala quanto a escrita variam, passando do nível informal ao formal.

Com base nessa reflexão, elaboramos o questionamento: o que informa a literatura sobre variação linguística, oralidade e escrita? Partimos do pressuposto de que as variedades linguísticas presentes na oralidade e na escrita são decorrentes de aspectos sociais. Porém, pode haver outros fatores que também influenciem a variação linguística, por exemplo, os aspectos internos à própria língua.

Na intenção de respondermos com propriedade a este questionamento, elaboramos o seguinte objetivo geral: refletir sobre a variação linguística e sobre as modalidades da língua portuguesa no contexto do ensino, a fim de assegurar a relevância e a necessidade de um espaço de discussão em sala de aula. Para alcançar este fim, traçamos como objetivos específicos: discorrer sobre a variação linguística sob o viés da Sociolinguística; discutir sobre a oralidade e a escrita, considerando as dicotomias e o *continuum*; elencar contribuições dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Língua Portuguesa para o estudo da variação, em ambas as modalidades.

Para fundamentar a pesquisa, buscamos apoio na Sociolinguística Variacionista de Labov (1969), que considera a variação linguística como um fenômeno que atinge tanto a oralidade quanto a escrita. No contexto da oralidade e da escrita, nos fundamentamos nas reflexões de Marcuschi (2007). Buscamos auxílio também nos PCN (1998) de Língua Portuguesa que, apoiados por este viés teórico, discutem a necessidade de um ensino voltado para a variação.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa bibliográfica, pois a discussão acontece com base na literatura existente. Conforme Lakatos e Marconi (2010), a pesquisa bibliográfica, também denominada de fontes secundárias, diz respeito a todo material publicado acerca da temática abordada. Isto é, pode-se fazer uso desde o meio impresso até aquele de comunicação oral e/ou audiovisual, por exemplo: rádio,

gravações em fitas e mesmo a televisão. A partir da pesquisa bibliográfica, o interessado tem contato direto com o que foi publicado sobre o assunto. No entanto, isso não significa inferir que a pesquisa bibliográfica é a repetição mecânica daquilo que já se reportaram, pois, de acordo com as autoras citadas, podem surgir novas abordagens e conclusões.

Em um trabalho dessa natureza, em que se tem os mais diferentes suportes a disposição para pesquisa, rever, conhecer e analisar as teorias apregoadas pelos pesquisadores significa adotar a posição de alguém. Raramente se discorda de um pensamento quando se tem mais de um autor se reportando sobre o mesmo objeto.

As fontes consultadas foram bibliográficas e webgráficas. As primeiras se referem aos livros físicos, que foram as fontes mais predominantes neste estudo. E, ao lado destas, fomos à *internet*, cujo acervo nos possibilitou a leitura de artigos, embora em menor quantidade em relação às primeiras.

Os instrumentos de pesquisa predominantes para levantar posições teóricas foram os fichamentos dos textos lidos. Além desses, também utilizamos o resumo para sintetizar as ideias que nos direcionaram para a redação do texto final que ora apresentamos.

Nesse sentido, considerando ser esta uma pesquisa bibliográfica, é pertinente salientar que não temos a pretensão de construir nenhum material de aplicação da variação linguística em sala de aula, porém, durante as reflexões, e nos resultados destas, sugerimos como trabalhar tal variação, sem sistematização de aplicabilidade. Entendemos que tal decisão não diminui em nada a qualidade e o valor da pesquisa, uma vez que as discussões aqui propostas estão direcionadas ao estudo da língua portuguesa.

A escolha da temática e do tipo de pesquisa foi motivada, de um lado por uma experiência vivenciada como professora de Religião, de outro pela observação da prática dos professores de língua materna. Mediante observações em relação à prática de alguns professores, percebemos que as aulas de língua portuguesa restringiam-se a simples gramática normativa e tinha como instrumento de avaliação apenas provas escritas. Em outra oportunidade, atuando como professora no nível Fundamental, em uma escola da rede pública de uma cidade do Sertão paraibano verificamos, após solicitar que os alunos produzissem um texto, que eles “transportavam” para a escrita as formas da fala, sendo empregados, por exemplo, marcadores conversacionais do tipo “aí” e “tá”. Percebemos também a ausência dos

sinais de pontuação. Partindo dessa realidade, surgiu o interesse em pesquisar sobre questões relativas à variação linguística.

Este tema se justifica porque a variação linguística envolve inúmeras questões que necessitam ser esclarecidas para auxiliar no combate ao preconceito linguístico. Podemos afirmar que o preconceito surge por parte do vizinho, do amigo, do parente que acha "estranho" o modo de falar do seu consanguíneo, ou mesmo acha que este parente está se "exibindo" ao falar daquela maneira, até mesmo por parte do professor desavisado da riqueza da língua.

Intentando uma organização estrutural do texto, partindo de uma teoria que embasa a delimitação temática, esta pesquisa está organizada em duas partes de cunho teórico-reflexivo: a primeira trata da Sociolinguística, ciência que estuda a língua em situação de uso pela sociedade. Nesta primeira parte, é retratada como se deu o surgimento dessa ciência, as contribuições de estudiosos e de outras ciências para com o desenvolvimento dessa área, as concepções de língua e linguagem que, por sua vez, estão relacionados à cultura. Além disso, buscamos descrever o que acarreta uma mudança na língua, o porquê da língua se modificar, bem como a maneira como se perpetua uma mudança. E como último tópico desta primeira parte, abordamos a delimitação do tema que gerou este trabalho: a variação linguística, na qual discorreremos sobre os fatores externos e internos da variação linguística.

A segunda parte está direcionada aos aspectos concernentes à oralidade e à escrita, ou seja, aos modos de funcionamento de uma língua. São discutidas, por exemplo, as relações entre ambas as modalidades, assim como as diferenças e também as características inerentes a cada uma. E, para fechar a discussão, tem-se, à luz dos PCN, a maneira adequada de trabalhar com a variação na sala de aula na modalidade oral e escrita.

Salientamos que, além dessas duas partes teóricas, o texto apresenta uma introdução, cujos apontamentos metodológicos se fazem presentes, e uma parte final, a que chamamos de *Considerações finais*, em que elencamos os resultados de nossas reflexões.

1 SOCIOLINGUÍSTICA: O CAMPO DA VARIAÇÃO

1.1 Apontamentos sobre a origem

Segundo Alkmim (2001), a palavra Sociolinguística fixou-se em 1964 em um congresso realizado na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), organizado por William Bright. Participaram deste evento muitos estudiosos que hoje constituem referências fundamentais, são eles: John Gumpers, Einar Haugen, William Labov, Dell Hymes, John Fisher, José Pedro Rona.

A Sociolinguística constitui uma das subáreas da Linguística e estuda a língua falada em situação real de uso na sociedade. Segundo Mollica (2010, p. 10), é assunto de seu interesse o “[...] contato entre as línguas, questões relativas ao surgimento e extinção linguística, multilinguismo, variação e mudança constituem temas de investigação na área”. No entanto, elas esclarecem que esta área da Linguística tem como objeto de estudo principal a variação, fenômeno universal e comum a todas as línguas.

Apesar de o termo Sociolinguística ter se firmado apenas em 1964, é importante mencionar, conforme Cezario e Votre (2013), que a variação linguística era algo notado pelos estudiosos da língua antes mesmo da década de 1960. Só para se ter uma ideia: em 1930, os dialetólogos já associavam aos dialetos, aspectos de natureza social e geográfica. Cezario e Votre (*op. cit.*) ainda citam também o linguista francês Meillet, que, nos estudos de 1926, informava que uma mudança na sociedade ocasionaria também uma mudança na língua.

Alkmin (2001), assim como Cezario e Votre (2013), reconhecem que o estabelecimento da sociolinguística é antecedido graças ao empenho de muitos estudiosos da língua. Dentre esses muitos estudiosos, dois são citados pela referida autora: Dell Hymes e William Labov. Quanto ao primeiro estudioso, a autora comenta que lhe coube analisar o uso da língua perante o aspecto cultural, afastando-se dos estudos tradicionais que explicavam a língua mediante fatos internos. Esta nova pesquisa de Hymes chamou-se inicialmente de Etnografia da Fala, renomeada posteriormente de Etnografia da Comunicação. Para compreender melhor o que realmente interessa a chamada Etnografia da Comunicação, Alkmin (2001, p. 30) assim exemplifica:

Questões como *Qual o comportamento linguístico adequado para homens, mulheres e crianças na comunidade X? ou Que momentos são adequados para o exercício da fala na comunidade Y?* podem ser tomadas como ponto de partida para pesquisas em Etnografia da Comunicação (Grifo do autor).

Depois de Hymes foi a vez de Labov contribuir com suas pesquisas. De acordo com Alkmin (2001), em um estudo feito em 1963, na ilha de Martha's Vineyard, no litoral de Massachusetts (Estados Unidos), o estudioso concluiu que fatores sociais, tais como idade, sexo, ocupação, origem étnica e atitude têm grande influência no fenômeno da variação linguística, concretamente na pronúncia de certos fonemas do inglês. Este estudo de Labov fixou a área da Sociolinguística Variacionista, também chamada de Teoria da Variação.

Percebe-se, então, que a sociolinguística recebeu contribuições de outras áreas do saber, tendo como principais estudiosos os norte-americanos. O próprio Hymes (1977), segundo Cezario e Votre (2013, p. 146), reconheceu o apoio dessas outras áreas quando disse que “concebe a sociolinguística como um campo que inclui contribuição de várias disciplinas, como a sociologia, a linguística, a antropologia, a educação, a poética, o folclore e a psicologia”. No entanto, ele esclarece que a sociolinguística constitui uma disciplina autônoma, uma vez que seu objetivo é diferente das demais, pois ela busca analisar os fatores que influenciam a variação e a mudança linguística. Mas, esta não é a única contribuição da sociolinguística. De acordo com Cezario e Votre (*op. cit.*, p. 152), “a sociolinguística também fornece subsídios para a área do ensino de línguas”.

De fato, os referidos autores possuem razão ao tecer esta afirmação, pois na medida em que esta corrente apresenta explicações quanto à variação linguística, ela acaba auxiliando ao professor de línguas a entender o que está por trás da maneira como seu aluno se expressa. Aliás, seria muito bom que os professores de outras áreas detivessem um pouco de conhecimento sobre a variação linguística, pois assim não cometeriam o erro de julgar a fala do aluno como feia ou errada.

Sobre a contribuição da sociolinguística para com o ensino de línguas, Cezario e Votre (*op. cit.*, p. 152) assim se pronuncia:

[...] a sociolinguística cria nos (futuros) professores uma visão menos preconceituosa e incentiva-os a valorizar todos os dialetos e a mostrar à criança que o dialeto culto é considerado melhor socialmente, mas que estrutural e funcionalmente não é nem melhor nem pior que o dialeto da comunidade do aluno.

No tocante aos aspectos teórico-metodológicos da sociolinguística, os referidos autores afirmam que o profissional da área formula sua teoria a partir de observações feitas acerca da língua vernácula falada em caráter espontâneo. Segundo eles, em situações do tipo espontâneas, o falante está mais atento ao “o que” dizer do que “o como” dizer. Mas isso não significa que a língua monitorada não seja observada, pois os autores asseguram que todas as realizações da língua são gravadas.

Quanto à forma de armazenar os dados observados, os autores mencionados ressaltam que o sociolinguista grava em fitas magnetofônicas o registro da fala dos indivíduos analisados. E quanto aos indivíduos escolhidos para a análise, o estudioso opta por aqueles nascidos ou criados em uma mesma comunidade há muito tempo. Além disso, opta por fatores sociais diferenciados do tipo: sexo, faixa etária e nível de escolaridade. Almejando, assim, mostrar que a variação ou diversidade linguística tem forte ligação com os fatores sociais.

Cezario e Votre (*op. cit.*) afirmam que os aspectos teórico-metodológicos da sociolinguística são trabalhados no mundo inteiro. No que concerne ao Brasil, as pesquisas tiveram início em 1970, graças ao agrupamento de alguns pesquisadores, dentre os quais os autores citam: “[...] o grupo do projeto Mobral Central, o grupo do projeto da Norma Urbana Oral Culta do Rio de Janeiro (Nurc) e o projeto Censo da Variação Linguística no Estado do Rio de Janeiro (Censo) [...]”.

Ainda hoje, há mais de quarenta anos, várias universidades brasileiras desenvolvem trabalhos dessa natureza. Os referidos autores, por exemplo, citam:

[...] o Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (Peul), continuidade do Projeto Censo, o próprio Nurc - na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); o projeto de Variação Linguística da Região Sul do Brasil (Varsul) - na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). (*Ibid.*, p. 153)

Diante de tudo isso, podemos afirmar que o fenômeno variacionista é bem amplo, pois são muitos os pesquisadores que continuam engajados nessa tarefa de lidar com falantes reais, na busca por respostas esclarecedoras acerca da diversidade linguística.

1.2 Língua, linguagem e cultura

De acordo com Fiorin (2013, p. 13), “a linguagem é a capacidade específica da espécie humana de se comunicar por meio de signos”. Ou seja, o ato de se comunicar é um traço que distingue o ser humano dos outros animais, muito embora esta atividade necessite ser aprendida. É importante observar que o autor adota a palavra signo em seu sentido mais amplo, não reduzindo o sentido unicamente ao signo linguístico. Sendo assim, este signo pode adquirir o caráter visual e gestual. Em outras palavras, qualquer meio que o ser humano utilize, comportando de fato um sentido, constitui uma forma de linguagem. É o que mostra Fiorin (*op. cit.*, p. 14) quando assim exemplifica:

Uma ordem de parar no trânsito pode concretizar-se por meio da palavra “pare” pronunciada por um guarda; por um sinal de um apito; pelo gesto de abrir a palma da mão em posição vertical; pela luz vermelha do semáforo. São diferentes linguagens que comunicam a mesma significação. (Grifo do autor).

Existem, assim, diferentes formas de linguagem. Há a linguagem verbal e a linguagem visual, por exemplo. Em relação às funções que a linguagem desempenha, têm-se uma diversidade.

Segundo ainda este estudioso, a linguagem pode informar muito a respeito da identidade social. Assim, através das variedades linguísticas, por exemplo, é possível identificar a região geográfica ou ainda certas expressões que fazem parte do público jovem, enquanto outras variações são próprias de pessoas mais velhas.

A linguagem também possibilita ao ser humano o ato de criar novas realidades, como nos informa o referido linguista. É através dela que coisas que não existiam passam a existir, o impossível torna-se possível. Não se fala apenas do que é real, mas cada pessoa cria situações a seu bel-prazer, ainda que essa criação não tenha fundamento lógico. Ver, por exemplo, animais falando é algo que não existe na vida real, porém nada impede que o homem use a linguagem para criar tal realidade, como é comum existir nos desenhos animados. Como podemos perceber, todas as coisas possíveis e impossíveis acontecem mediante a expressão da linguagem. É o que Fiorin (*op. cit.*, p. 32) sugere neste seu trecho:

Depois de analisar todas as funções da linguagem, compreende-se por que ela é onipresente. Sem ela, não se pode estruturar o mundo do trabalho, pois é ela que permite a cooperação entre os homens e

a troca de informações e de experiências. Sem ela, o homem não pode conhecer-se nem conhecer o mundo. Sem ela, não se exerce a cidadania, porque os eleitores não podem influenciar o governo. Sem ela não se pode aprender, sem ela não se podem expressar os sentimentos, sem ela não se podem imaginar outras realidades, sem ela não se constroem as utopias e os sonhos. Sem ela... Sem ela... Sem ela...

O que o autor faz é reiterar a ideia de que pela linguagem se constrói mundos, sejam reais ou virtuais. O fato é que, nesse construir, permeiam valores, tais como: crenças, costumes, saberes, entre outros. O que constitui o cabedal cultural do homem.

No tocante à concepção de língua, Antunes (2009) apresenta duas definições. No que concerne à primeira, a autora adota a visão que é comumente apregoada pela escola e pela sociedade em geral, que é o fato de a língua ser entendida como um conjunto de signos, no qual a palavra e a frase são analisadas de maneira isolada. Daí, conforme a autora, é que se explica o fato de as aulas de língua portuguesa priorizarem o estudo das classes de palavras.

No entanto, graças às contribuições que a linguística recebeu de outras ciências, a língua adquire uma nova visão, que é justamente aquela que se vem discutindo desde o início deste trabalho, isto é, a língua passa a ser entendida em situação real de uso, ligada à condição histórico-social da sociedade. Nas palavras de Antunes (*op. cit.*, p. 21), a língua é definida “[...] como um fenômeno social, como uma prática de atuação interativa, dependente da cultura de seus usuários, no sentido mais amplo da palavra”.

Considerando esta segunda definição, pode-se entender que língua, linguagem e cultura estão ligadas entre si. Na verdade, cada uma existe em função da existência da outra. A língua, que se manifesta através da fala, revela de onde somos, a que país pertencemos, a que comunidade linguística fazemos parte. É a maneira de falar que aponta a identidade cultural de um povo. Ao conversar com uma pessoa pela primeira vez na vida, o que irá chamar a atenção logo de imediato é a forma como ela fala e não o que ela fala. É o que sugere Antunes (*op. cit.*, p. 23):

Na verdade, a língua que falamos deixa ver de onde somos. De certa forma, ela nos apresenta aos outros. Mostra a que grupos pertencemos. É uma espécie de atestado de nossas identidades. Revelamo-nos pela fala. Começamos a dizer-nos por ela. Simplesmente pela forma, pelos sons, pela entonação, pelo jeito com que falamos. Antes mesmo que nos revelemos pelas coisas que dizemos. As ideias, se nada dizem de nós, só vêm depois do que já

disseram nosso sotaque, nossas entonações, nossas escolhas lexicais e opções sintáticas.

Nesse sentido, é que, nesse falar, emergem as idiossincrasias da língua interessantes à Sociolinguística, a exemplo da mudança linguística, assunto do tópico seguinte.

1.3 A mudança linguística

Como já foi dito no segundo capítulo “Sociolinguística: o campo da variação”, esta subárea da Linguística interessa-se por todas as questões que envolvem o uso real da língua em sociedade. Dessa forma, interessa-lhe, o surgimento de uma língua, o contato entre as diversas línguas, o multilinguismo, dentre muitas outras coisas. Mas, de todos os fenômenos estudados por essa corrente, aquele que reside maior parte da atenção dos estudiosos é a chamada variação linguística e a mudança linguística. E é sobre este último fenômeno que iremos discutir aqui.

Para que se perpetue uma mudança na língua, é necessário que a forma a ser modificada passe primeiramente pelo processo da variação. Em outras palavras, a variação antecede a mudança na língua. A esse respeito, Viotti (2013, p. 146) argumenta: “Uma variação observada hoje pode vir a ser a fonte de uma mudança depois de certo tempo”. No entanto, vale esclarecer que isto não significa rotular que toda variação acarretará numa mudança. Acreditamos que se assim fosse viveríamos num total caos linguístico, em tamanha desordem, já que não haveria regras gramaticais comuns a todos os falantes e produtores de textos escritos. No decorrer desta abordagem, serão apresentadas considerações que explicarão, por exemplo, de que forma é possível constatar as mudanças, o que faz com que a língua mude, o que muda na língua etc.

De acordo com Viotti (*op. cit.*, p. 137), as reações que as pessoas esboçam mediante as mudanças linguísticas nem sempre são as mesmas: algumas são aceitas pacíficas enquanto outras são negativas. Para o autor, ninguém se incomoda, por exemplo, com o fato de existirem, no português brasileiro, palavras advindas do árabe, tais como ele cita: “alface”, “elixir”, “laranja”, “xadrez”. Ninguém parece se importar também com a transformação que o pronome de tratamento

“você” sofreu ao longo da história até chegar a forma atual: vossa mercê > vossemecê > vosmecê > você.

Entretanto, as reações esbanjadas adquirem valor negativo, quando essas mudanças acontecem em tempo real. Para ilustrar esta questão, Viotti (*op. cit.*) cita como exemplo a forma linguística “a gente”, que vem ganhando espaço nos dias de hoje, substituindo a 1ª pessoa do plural, nós. A nova forma é alvo de críticas, uma vez que as pessoas não veem necessidade de seu uso, já que para marcar o plural existe o pronome nós. Mas quem será que propõe tais inovações à língua?

Conforme Faraco (2005), as pessoas que basicamente implementam inovações são os jovens e aquelas pessoas de classe social intermediária, ou seja, os da classe média baixa e os da classe operária. Talvez isso explique o porquê de muitos falantes de classe alta não aceitar formas como “a gente” que, advindas de classes desprestigiadas, são tachadas como “feias”, “erradas” e muitos outros adjetivos de valor negativo. Mesmo sabendo que as regras gramaticais têm como “espelho” os falares das classes favorecidas, é inegável o fato de a construção “a gente” vir se tornando cada vez mais comum e aceitável em situações informais. Aliás, seu uso vem sendo tão frequente que pode, quem sabe em um futuro não muito distante, passar de uma variante sem prestígio para uma variante de prestígio. Este é o entendimento que se tem a partir da citação de Faraco (*op. cit.*, p. 26) quando ele assim se pronuncia a respeito da escala de implementação das mudanças:

[...] elas costumam se desencadear na fala informal de grupos socioeconômicos intermediários; avançam pela fala informal de grupos mais altos na estrutura socioeconômica; chegam a situações formais de fala e só então começam a ocorrer na escrita.

O estudioso explica que as mudanças linguísticas não são perceptíveis aos olhos dos falantes. Estes enxergam a língua como um sistema estático e permanente, contrapondo-se a característica apontada pelo referido autor de que a mudança se dá de forma contínua, de maneira que ela muda com o decorrer do tempo. Assim sendo, os falantes não compreendem que a língua de alguns séculos atrás não é a mesma de hoje, assim como a língua de hoje poderá sofrer mudanças futuramente.

Faraco (*op. cit.*) explica que as modificações na língua não ocorrem repentinamente, como de um sobressalto, mas acontece a passos lentos. Para a

efetivação de uma mudança na língua, existe todo um processo a ser percorrido: primeiro passa a existir as variantes linguísticas; depois há a competição entre essas variantes; e, por último, vence a variante que se sobressair a outra ou as demais. Devido a isso e ao fato de a mudança acontecer gradativamente, isto é, como a mudança só atinge partes da língua (sintaxe, fonética, fonologia etc.) e não a língua como um todo, é esperado e compreensível que os falantes não estejam atentos à mudança.

Para aquele falante ou qualquer outro indivíduo que queira constatar que a língua muda implacavelmente com o passar do tempo, Chagas (2012) ressalta que existem duas maneiras. Como primeira forma, ele salienta ser o bastante observar pessoas de diferentes faixas etárias conversando. Na tal conversa, será notável o quanto é diferente o vocabulário utilizado por um idoso daquele usado por uma jovem. Isso remete a um exemplo traçado por Bortoni-Ricardo (2004, p. 47):

Uma aluna de pedagogia que trabalha de dia em uma casa lotérica me relatou um episódio ilustrativo das diferenças linguísticas associadas a grupos etários. Um cliente, já idoso, sempre a procurava para fazer o jogo e um dia lhe disse: “Moça, qual é a sua graça?”. Ela ficou sem entender e sem saber o que responder. Só mais tarde percebeu que a pergunta era: “Qual é o seu nome?”. (Grifo do autor).

Este exemplo de Bortoni-Ricardo demonstra que o repertório linguístico de nossos pais e avós não são o mesmo utilizado por nós, filhos e netos. Quanto maior for a diferença de idade entre um e outro indivíduo, maior será a probabilidade de encontrar diferenças linguísticas no que concerne ao vocabulário, as construções sintáticas, a pronúncia de certas palavras.

Em relação à segunda maneira de constatar que a língua muda com o passar do tempo, Chagas (2012), afirma que ela pode ser percebida através de textos escritos ou falados de diferentes épocas. Para tanto, basta recorrer a filmes ou gravações de até um século atrás para verificar as mudanças que operaram de lá para cá. Se, por acaso, a meta é voltar mais ainda no tempo, seja uns quatrocentos anos ou mais, basta entrar em contato com textos escritos, já que o recurso gráfico é muito mais duradouro do que o recurso sonoro.

Apesar de considerar que a língua muda em ambas as modalidades, o referido autor explica que a mudança linguística acontece de forma mais intensa na língua falada do que na escrita. Isto devido ao fato de a língua escrita ser mais estável,

uma vez que as normas e regras gramaticais estão prescritas em manuais de gramática e também em acordos ortográficos. Enquanto na língua falada, não há como existir uma gramática comum a todos os falantes, pois vivemos numa sociedade heterogênea. Como prova de que a escrita é mais estável do que a fala, tem-se como exemplo as palavras “peixe”, “vassoura”, “cadeira”. Apesar de estas três palavras serem grafadas da mesma forma quanto ao uso do ditongo, há algum tempo elas são pronunciadas de modo diferente. No uso popular, é comum a supressão da semivogal, gerando “pexe”, “vassora”, “cadera”.

Embora Chagas (2012) tenha afirmado que a mudança linguística possa ser percebida em textos escritos de épocas diferentes, ele solicita cuidado ao designar como mudança linguística o que na verdade não passa de uma mudança ortográfica. A esse respeito, Chagas (*op. cit.*, p. 143) escreve:

Tendo em mente a ressalva feita na introdução quanto à fidedignidade do texto escrito e seu uso como representação da língua falada, devemos ser cautelosos também ao atribuir a toda e qualquer distinção ortográfica o status de mudança linguística.

Ao analisar um texto do século XVII em que aparecem as palavras “mayor” e “Magestade”, Chagas aponta que se deve ter cuidado para não cair no equívoco de analisá-las como mudança linguística. Não é porque a grafia destas palavras se alterou nos dias atuais que se tem uma mudança na língua. Na verdade, as mudanças quanto à escrita de algumas palavras podem acontecer devido a dois motivos: primeiramente porque é possível estar diante de textos escritos em que não existia ainda uma ortografia oficializada: é o caso dos textos produzidos no século XIII. O autor conta que era possível encontrar, em uma única palavra, diferentes maneiras de grafá-la, por exemplo, a palavra “um” que podia ser escrita como “hum”, “ũ”, enfim, ficava a critério do escritor. E o segundo motivo que levava a mudança na grafia era porque algumas palavras eram escritas de acordo com sua grafia etimológica. Como exemplo, Chagas (*op. cit.*) cita a palavra “sciencia”, que assim era grafada por ter origem latina.

Vale salientar que as mudanças não acontecem em um único aspecto da língua. De acordo com Chagas (*op. cit.*) e também com Faraco (2005), as mudanças podem ocorrer no plano fonético-fonológico, sintático, morfológico, semântico, lexical e, como acrescenta este último autor, até na pragmática. Em outras palavras, qualquer parte da língua pode mudar. A título de ilustração, temos logo abaixo um

exemplo de mudança sintática, que serve também para comprovar a tese de Alkmim (2001) quando esta comenta: “As línguas mudam incessantemente, e a definição do ‘certo’, do ‘agradável’ e do ‘adequado’ também”.

[...] as formas “frauta”, “escuitar”, “intonce”, assim como as construções sintáticas do tipo “deseja de comprar” (com a presença da preposição *de*) e “se esta gente, cuja valia e obra tanto amaste/não queres que padeçam vitupério” (concordância do sujeito *gente* com o verbo flexionado no plural) – hoje consideradas incorretas – são encontradas em *Os Lusíadas*, de Camões (1572). (Grifo do autor).

Mediante a afirmação e o exemplo de Alkmim (2001) compreende-se que o uso da língua padrão de ontem pode vir a tornar-se não padrão hoje, e vice-versa. Enquanto a expressão “gente” combinada com o verbo no plural era considerada correta durante o século XVI, hoje em pleno século XXI tal uso é considerado incorreto. A forma “gente” é aceita em situação informal e o verbo que a acompanha precisa estar no singular, mesmo assim, ainda é criticada.

Conforme Viotti (2013), não há possibilidade de estudar a língua sem antes relacionar a variação com a mudança, porque como já foi dito no início deste capítulo, aquele fenômeno antecede este. Obviamente nem toda variação implicará uma mudança. Para que isso venha a ocorrer, é necessário que, dentre uma ou mais variantes em competição, uma se sobressaia entre as demais. A esse respeito, Viotti (*op. cit.*, p. 146), faz uma distinção entre variáveis estáveis e variáveis instáveis, explicando-as da seguinte maneira:

A variação estável é aquela em que não existe predominância de uma variante sobre outra, havendo um equilíbrio relativo que tende a se manter por algum tempo. Diferentemente, a variação é instável quando o processo pende para uma das variáveis, em detrimento das demais. É possível, então, que o uso dessa variante favorecida tenda a se generalizar, fazendo com que as demais deixem de ser usadas. A mudança linguística é fruto da variação que ocorre em variáveis instáveis.

Refletindo sobre as palavras de Viotti, é possível citar como exemplo de uma variante estável, mais uma vez, o uso da expressão “a gente” em conformidade com o pronome “nós”. Já em relação à variante instável, o autor mostra que em diversas regiões brasileiras a forma “você” vem ganhando espaço sobre o pronome “tu”. Claro que ainda não constitui uma mudança, mas pode vir a ser.

Outro ponto que distingue os estudos da sociolinguística variacionista das demais correntes é que aquela não busca explicações para a língua com base apenas no que é interno, como fazia o estruturalismo de Saussure, mas também se agarra ao que é externo à língua, isto é, aos fatores sociais. São neles que reside boa parte das explicações linguísticas.

Mas qual é o real motivo que faz com que a língua mude? Para responder a esta pergunta, é imprescindível recorrer ao pensamento de Coseriu (1979), que aparece refletido na fala de Chagas (2012, p.150):

Como apontou Coseriu, a língua nunca está pronta. Ela é sempre algo por refazer. A cada geração, ou mesmo em cada situação de fala, cada falante recria a língua. Dessa forma, ela está sujeita a alterações nessa recriação. Por outro lado, depende de uma tradição, já que cada falante diz as coisas de determinada maneira em grande parte porque é daquela maneira que se costuma dizer. Há então um delicado jogo de continuidade e de inovações, estas sempre em menor número.

O que Chagas (op.cit) está comunicando, através das considerações de Coseriu, é que as mudanças linguísticas se dão em razão da heterogeneidade da sociedade. Pelo fato de existir em um país, em uma região, ou em uma dada comunidade as mais diversas pessoas com as diferentes classes sociais, os diferentes níveis de escolaridade e faixa etária, é comum que cada falante esteja sempre propondo inovações na língua. No entanto, quando o autor da citação salienta que a recriação da língua depende de uma tradição, ele está afirmando que nem toda inovação criada pelo falante implicará em uma mudança. Uma tradição como sabemos pressupõe uma prática passada de geração para geração. Pois assim também deve acontecer com a recriação do falante. Para que essa recriação venha a adquirir o *status* de mudança linguística, é necessário que o termo recém-criado seja incorporado à massa falante deste país, região ou comunidade.

Após terem sido traçadas considerações teóricas sobre a importância dos estudos a respeito da mudança linguística, daremos sequência, discorrendo sobre a variação linguística.

1.4 A variação linguística

Há diversas línguas no mundo: o italiano, o francês, o português, o inglês, o espanhol, dentre outra série de idiomas. Não é preciso ir de um país a outro para constatar a diversidade de línguas existentes. Tomando como exemplo o Brasil, país enorme, onde reside uma diversidade de raças, facilmente será possível se deparar com outras línguas faladas que não sejam o português brasileiro, como é o caso das línguas faladas por algumas tribos indígenas (BELINE, 2012).

De acordo com os estudos brasileiros realizados em 2006 pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados e do Departamento do Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL), existe hoje no Brasil cerca de 200 idiomas. Para se ter uma ideia, apenas os índios falam cerca de 180 línguas (chamadas de autóctones¹), enquanto os descendentes de imigrantes falam aproximadamente 30 línguas (chamadas de línguas alóctones²). No entanto, tais dados são estimativos, logo não devem ser tomados como corretos, é o que informa Bortoni-Ricardo (2014, p. 24). Isto porque, segundo ela, “[...] os estudiosos podem ter dúvida quanto a definir determinado idioma como uma língua ou como uma variedade de uma língua”. Apesar disso, o que de fato interessa e condiz com a verdade é que a variação é um fenômeno linguístico comum a todas as línguas do mundo.

Se delimitarmos o campo de análise sobre o fenômeno variacionista a uma dada comunidade seja esta pequena, localizada em uma zona rural, ou grande, como um estado ou país, possivelmente também serão encontradas diferenças linguísticas seja quanto aos aspectos sociais (grupos etários, *status* socioeconômico, grau de escolarização, mercado de trabalho e rede social) como afirma Bortoni-Ricardo (*op. cit.*), seja quanto aos aspectos de natureza linguística (o nível fonológico, morfossintático, semântico e discursivo) conforme os estudos de Mollica e Braga (2010) que serão abordados em outro espaço.

Porém, de modo a facilitar a compreensão de alguns conceitos que serão traçados, segue um exemplo de variação linguística no nível lexical apresentado por Beline (2012, p. 122), em que ele informa: “Pode ser que o falante não saiba que

¹ Que pertence ao povo natural de um território.

² Que ou que não é natural do território onde vive.

‘jerimum’, palavra muito usada na Bahia, corresponde à ‘abóbora’, termo muito mais comum nos estados do Sul e Sudeste de nosso país”.

Tendo como base o exemplo acima, podemos entender que a variação linguística é constituída de variantes e variáveis. As variantes são duas ou mais formas alternativas de se dizer uma mesma coisa. No caso do exemplo dado, as variantes são duas: jerimum e abóbora. Enquanto que a variável é, segundo as palavras de Mollica e Braga (2010, p. 11), o “fenômeno em variação”. Assim, o fenômeno que está em variação é o nome do fruto da aboboreira.

Embora a heterogeneidade seja uma característica inerente a toda e qualquer língua, cabe destacar que ela também é guiada por normas. Nenhum falante nativo do português, por exemplo, pronunciará “menino O”, ao invés de dizer “O menino”. A primeira expressão não é natural, causa certo estranhamento, de modo que apenas um indivíduo com alguma patologia poderia mencioná-la. Para que, de fato, se possa falar em formas variantes, é necessário que tais formas comuniquem algo, isto é, que as diferenças entre uma e outra sentença não comprometam o seu sentido. É o que acontece, por exemplo, com as expressões cadeira/cadera. Tanto faz se o falante disser “cadeira” com a presença do ditongo ou se disser “cadera”, sem o ditongo, pois qualquer falante do português sabe que se está fazendo referência a um objeto normalmente de quatro pés e que serve de assento.

De acordo com Mollica (2010, p. 27), “Aparentemente caótica e aleatória, a face heterogênea imanente da língua é regular, sistemática e previsível, porque os usos são controlados por variáveis estruturais e sociais”. Ou seja, a variação não acontece aleatoriamente, ela é motivada por fatores linguísticos e extralinguísticos.

Ainda que seja natural existir diversas variantes para uma mesma variável, há de se considerar que nem todas as variantes linguísticas adquirem prestígio social, existem aquelas estigmatizadas que sofrem um maior preconceito linguístico. Por exemplo, a forma verbal “nós vamos” é a de prestígio, mas dela surgem outras formas alternativas como “nós vamo”, “nós vai” e até “a gente vamos”. Estas são alvo de preconceito. De modo geral, esta diversidade de formas perpassa por todas as línguas e está dentro de um contínuo, no qual o indivíduo aprende primeiramente as variantes informais e, só depois, inserido no ambiente formal (a escola), aprende pouco a pouco as variedades cultas (MOLLICA, 2010).

Conforme Marcuschi (2007), nem toda variação é perceptível aos olhos dos interlocutores. Existem aquelas variações que de imediato são reprovadas e aquelas

que não sofrem preconceito algum. Bortoni- Ricardo (1992, p.59) também comunga dessa mesma ideia, quando assim se pronuncia:

Muitos traços não-padrão, graduais e descontínuos, não são salientes para o professor. Quando um dos alunos lê “as flori”, o professor não identifica aí a concordância nominal não-padrão e não intervém, corrigindo-o. No entanto, ele intervém sistematicamente sempre que a decodificação das letras, sílabas e palavras é defeituosa. Os “erros” provenientes da interferência do dialeto local na leitura (quando percebidos) e os erros de simples decodificação não recebem assim o mesmo tratamento. (Grifo do autor).

Acreditamos que o professor não percebe a variação presente na construção “as flori”, porque a diferença existente entre a forma padrão “as flores” e a forma não padrão “as flori” é mínima. Agora basta o aluno dizer, segundo Marcuschi (2007), “muié”, “trabáio”, “Framengo”, “pobrema”, que imediatamente o professor intervém fazendo a devida correção. Mal sabe este que estas construções tidas como erradas têm razões históricas, uma vez que vieram do latim para o português. O professor, no entanto, intervém, porque acredita que alterações na pronúncia ferem muito mais a norma padrão do que a ausência de concordância-nominal. Contudo, pode haver casos em que o professor não intervém na fala do aluno com avaliação informativa pelo simples fato de desconhecer aquela forma-padrão.

Como já foi dito, essas variações ocorrem devido a fatores estruturais e sociais. No entanto, isso não significa que haverá uma única categoria atuante, estrutural e socialmente, dentre as variantes que estão em competição. Geralmente coatuam várias categorias de um mesmo fator. É o que mostra este exemplo de Naro (2010, p. 16) sobre a concordância verbal: “Eles bebe/ eles bebem”.

Conforme o referido autor, é comum que as pessoas não façam a devida concordância verbal, isto porque a diferença fonológica entre uma e outra sentença é mínima. Agora situação diferente é a que acontece com as sentenças: Eles bebeu/eles beberam. Nestas haverá uma maior tendência em marcar a concordância verbal já que a diferença fonológica é maior. A categoria estrutural que opera é o tipo morfológico do verbo. Mas, além desta categoria, pode operar também, segundo Naro (2010, p. 16) a “posição do sujeito em relação ao verbo”. É o caso dos exemplos dados por ele: Os embaixadores chegaram ou Chegou em território nacional, após o término das negociações sobre a dívida externa em Nova York, os embaixadores brasileiros.

Na primeira sentença, verifica-se que quando o sujeito aparece imediatamente antes do verbo a concordância tende a ser favorecida. Porém, quanto mais longe estiver o verbo do sujeito, como acontece no segundo caso, as chances de a concordância ser marcada serão menores. Tendo em vista as relações existentes entre duas ou mais categorias, Naro (2010, p. 17) conclui seu raciocínio comentando o seguinte:

É, em princípio, impossível medir diretamente, nos dados do uso real, a influência de uma dada categoria, sem medir simultaneamente o efeito de outras categorias, também obrigatoriamente presentes. Em outras palavras, o problema central da Teoria é isolar e medir separadamente o efeito de um fator (digamos, o fato de o sujeito estar imediatamente preposto ao verbo) quando tal fator nunca se apresenta isoladamente nos dados (onde o verbo a que o sujeito está imediatamente preposto sempre terá simultaneamente alguma categoria morfológica).

Mediante as discussões apresentadas, alguém pode perguntar: até onde se estende os limites da variação? De acordo com Beline (2012), a variação se estende até o indivíduo. Apesar de o falante ser livre para a escolha de variantes, sabe-se que ele tende a usar aquelas previstas por sua comunidade. Então, é justamente dentro de sua comunidade que cada pessoa encontrará os limites para sua variante pessoal. Possivelmente, obedecendo também a modelos estruturais da língua, como a etimologia.

Sobre as características comuns que integram as comunidades de fala, Beline (*op. cit.*) se baseia em Guy (2001) quando elenca tais características.

A primeira é a de que “compartilham traços linguísticos que distinguem seu grupo de outros” (BELINE, 2012, p. 129). Significa dizer que cada comunidade de fala apresenta suas próprias variantes linguísticas, de modo que cada comunidade possui variantes que se diferem daquelas usadas em outras regiões. Por exemplo, enquanto no Nordeste é comum a pronúncia de um “ó” aberto nas palavras “produção”, “coração”, em São Paulo a pronúncia é feita com um “ô” fechado nestas mesmas palavras.

A segunda característica é a que “comunicam-se relativamente mais entre si do que com outros” (*Ibid.*, p. 129). Isto significa que o falante de uma comunidade só utiliza as mesmas variantes de outros membros de sua comunidade porque este falante vive em contato direto e de forma intensa com as pessoas de seu meio social. A probabilidade, por exemplo, de um nordestino se deparar com outro

nordestino, geograficamente exemplificando, é muito maior do que as chances deste se encontrar com um paulistano.

E a terceira característica é que “compartilham normas e atitudes diante do uso da linguagem” (*Ibid.*, p. 129). Todo e qualquer falante de uma comunidade tende a escolher a forma como quer falar. Assim, o falante tem a atitude de escolher a forma linguística, a qual ele considera como a melhor. Estando um falante nordestino em contato com um paulistano, por exemplo, aquele só incorporará em sua linguagem os traços que ele gostar, não incorporando as formas que considera “feias”. Em outras palavras, as atitudes sobre as quais Guy se refere são na verdade os julgamentos de valor, as avaliações positivas e negativas que um falante faz em relação ao uso da linguagem. Aliás, o referido autor esclarece que essas atitudes não condizem apenas com a língua falada em comunidades distintas, mas estão também relacionadas aos fatores sociais, tais como escolaridade e status socioeconômico.

Passando ao estudo dos fatores que influenciam a variação linguística, podemos constatar que a maioria dos autores consultados concebe a variação como decorrente de fatores linguísticos e sociais. Aliás, ambos os fatores estão relacionados. É o que informa Mendes (2013, p. 132):

“[...] não se separa uma língua de uma comunidade de falantes. A variedade linguística reflete a variedade social e projeta-se nela. Não se sabe quem veio primeiro: o ovo ou a galinha, a variedade social ou a variedade linguística”.

Contudo, para não complicar demais o estudo destes fatores, será feito, primeiramente, um apanhado sobre os fatores extralinguísticos e, logo após, será abordado os fatores intralinguísticos.

No que se refere aos fatores sociais, percebeu-se que os estudos de Bortoni-Ricardo (2004) se assemelham bastante aos de Bagno (2007). A única distinção entre estes estudiosos é que enquanto Bortoni-Ricardo descreve apenas seis elementos, Bagno considera sete.

Um dos primeiros fatores referidos por Bortoni-Ricardo (2004) são os chamados grupos etários, caracterizados como a forma de falar inerente a uma ou outra geração. Assim, o repertório linguístico de um idoso não é o mesmo de um adolescente. É muito comum, por exemplo, um idoso dizer “alpercata” ou “alpargata” para se referir à sandália (termo usado na linguagem de pessoas mais jovens).

Conforme a autora, o gênero também pode influenciar bastante a maneira de homens e mulheres se comunicarem. Isto está relacionado com o condicionamento cultural e com o papel social que cada um exerce. As mulheres, por exemplo, tendem a fazer uso de palavras no diminutivo como: “bonitinha”, “pequeninha”. E também usam os marcadores conversacionais do tipo “né?”, “tá?”. Por sua vez, a linguagem dos homens é composta por gírias e palavrões. Assim, eles usam expressões do tipo “chapado”, “puta que pariu”.

Ainda segundo a autora, existem também outras características que diferenciam a forma de comunicação entre o homem e a mulher, é a chamada comunicação não verbal, que é, nada mais, nada menos, do que o olhar, os gestos, a postura corporal e a aproximação entre os interlocutores.

Outro fator destacado pela sociolinguista Bortoni-Ricardo (*op. cit.*) é o *status* socioeconômico. Pessoas com melhor poder aquisitivo têm maior acesso a informações, ao uso do computador e da *internet*. Assim, o grau de escolarização também pode influenciar na variação, pois pessoas com um nível de escolaridade mais alto, e que tiveram um ensino mais de qualidade, usam um repertório linguístico mais elaborado.

A autora também menciona o mercado de trabalho, isto é, as atividades profissionais que uma pessoa exerce também podem influenciar o repertório linguístico de um indivíduo. Algumas profissões exigem uma linguagem mais culta, enquanto outras permitem uma linguagem mais informal.

E como último fator apontado pela estudiosa em questão, tem-se a rede social. Através do seu uso, podemos aprender “o modo de falar do outro”. Em outras palavras, o tipo de gente com a qual interagimos nas redes sociais pode influenciar o vocabulário de uma pessoa, uma vez que se adotam comportamentos semelhantes ao dos indivíduos com os quais nos comunicamos.

A este grupo de fatores referido acima, Bortoni-Ricardo (*op. cit.*, p. 49) chama de fatores socioestruturais (resulta da individualidade de cada falante) e de fatores sociofuncionais (resultado das interações sociais).

Bagno (2007), por sua vez, explica da mesma forma estes fatores sociais. Só que ele acrescenta mais um, denominado de origem geográfica. Para ele, a língua varia de lugar para lugar. Assim, pessoas de diferentes estados e regiões falam de maneira diferente. Nesse sentido, existem diferenças entre pessoas que residem na zona urbana e pessoas que vivem na zona rural.

Em relação aos fatores linguísticos, a variação acontece em todos os aspectos da língua. Há, segundo Bagno (*op. cit.*), a variação fonético-fonológica, a morfológica, a sintática, a semântica, a lexical e a estilístico-pragmática. A variação que acontece no nível fonético-fonológico diz respeito às diferentes pronúncias existentes para um mesmo fonema. De acordo com Mendes (2013, p. 112), a palavra “produção”, por exemplo, pode receber várias pronúncias. Há quem pronuncie pr[ô]dução com [ô] fechado, há quem diga pr[ó]dução, com um [ó] aberto e pode existir alguém que a pronuncie pr[u]dução, com um [u] mesmo.

Na variação de ordem morfológica, as diferentes formas das palavras podem expressar um mesmo sentido. Assim, Bagno (2007, p. 40) cita como exemplo as palavras “pegajoso” e “pequento”, que apresentam sufixos diferentes.

As expressões do tipo “não sei”, “sei não” ou ainda “não sei não” constituem exemplos de variação que ocorre na sintaxe. Como se vê, mesmo estando as palavras dispostas de forma diferente na oração, elas apresentam um mesmo sentido.

Para explicar a variação semântica, Bagno (*op. cit.*, p. 40) exemplifica: “a palavra VEXAME pode significar ‘vergonha’ ou ‘pressa’, dependendo da origem regional do falante”. Em outras palavras, um único vocábulo pode ter sentidos diferentes a depender da região. Aliás, é interessante observar que, neste nível, o fator social tem estreita relação com o linguístico, já que é a origem geográfica que determina o sentido daquela palavra.

Já a variação lexical é aquela que nos reportamos no início do capítulo, em que fala sobre o fruto “jerimum”, também chamado de “abóbora”, a depender, mais uma vez, da região do indivíduo.

E, por último, tem-se a variação **estilístico-pragmática**, que corresponde, de acordo com Bagno (2007), ao uso que o indivíduo faz da língua a depender da situação comunicativa e das pessoas com as quais acontece a interação. Sendo assim, o enunciado pode exigir maior ou menor grau de formalidade.

Outro ponto que vale a pena discutir neste estudo é sobre como pode ser classificada a variação sociolinguística, muito embora sua classificação não seja tratada uniformemente pelos autores aqui citados. Alkmin (2001), por exemplo, classifica em apenas três tipos: variação diatópica, diastrática e estilística ou de registros. Já Mendes (2013), por sua vez, considera a variação diatópica, diastrática

e diafásica, apesar de esta última ser praticamente a mesma que foi referida por Alkmin com o nome de estilística.

Tendo em vista estas classificações, será adotada nesta discussão também as de Bagno (2007), por acreditar que a classificação deste autor seja mais completa, a saber: diatópica, diastrática, diamésica, diafásica e diacrônica. E que, portanto, engloba todas aquelas referidas pelos estudiosos anteriormente mencionados. No entanto, para um melhor entendimento acerca da classificação da variação sociolinguística, será feito o uso das considerações de qualquer um destes estudiosos.

A variação diatópica está relacionada, de acordo com Bagno (*op. cit.*), com a forma de falar das pessoas de “lugares diferentes”. Assim, pessoas que residem em regiões, estados e mesmo em zonas diferentes (rural ou urbana) se expressam de maneira distinta. A título de ilustração tem-se, mais uma vez, as formas “jerimum” e “abóbora”, que apresentam significantes diferentes para um mesmo significado, em virtude apenas da localização geográfica.

A variação do tipo diastrática está ligada à classe social das pessoas. Dessa forma, pessoas que se encontram em classe social baixa tendem a usar a expressão de dupla negação, conforme exemplifica Alkimim (2001, p. 35), “ninguém não viu”, ou ainda trocam o “l” por “r” em grupos consonantais: “brusa” (blusa), “grobo” (globo).

O terceiro tipo de variação chamada de diamésica corresponde à variação que ocorre entre a fala e a escrita, a depender, como informa Bagno (2007), do gênero textual. É necessário ressaltar, que não se deve entender a fala como sinônimo de informalidade e escrita como sinônimo de formalidade, pois ambas modalidades da língua variam de acordo com o gênero textual. Em outras palavras, existem gêneros que exigem uma fala mais formal, assim como existem gêneros que permitem uma escrita informal. Não é cabível ir mais a fundo nessa questão, uma vez que o próximo capítulo trará toda uma discussão a esse respeito, ou seja, em relação à oralidade e à escrita.

Em relação à variação diafásica devemos entendê-la, segundo Bagno (2007, p. 47), como “[...] o uso diferenciado que cada indivíduo faz da língua de acordo com o grau de monitoramento que ele confere ao seu comportamento verbal”. Alkimim (2001) explica que os indivíduos modificam sua maneira de falar de acordo com a situação comunicativa. Uma pessoa, não conversa com um amigo da mesma forma

que conversa com um médico, pois cada situação exige um grau de maior ou menor formalidade.

E, por último, tem-se a variação diacrônica, que é descrita por Bagno (2007) como a variação que ocorre na língua com o passar do tempo. Como foi visto no capítulo anterior, a maneira de falar de um idoso não é a mesma falada por um adolescente.

2 ORALIDADE E ESCRITA: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO

2.1 Das dicotomias ao *continuum*

Antes de começar a descrever de modo geral os aspectos relacionados à oralidade e à escrita, é necessário esclarecer, assim como fez Marcuschi (2007, p. 32), que a oralidade e a escrita constituem as duas modalidades da língua, isto é, a língua pode ser expressa sob a forma de textos orais ou escritos. Não cabendo, portanto, que ambas as modalidades sejam designadas ou referidas como dois sistemas linguísticos diferentes, como algumas pessoas assim consideram. Tendo isso em mente, lembramos que, às vezes, as modalidades da língua podem vir designadas, neste trabalho, como assim postulou Marcuschi (*op. cit.*, p. 32), de “língua falada” e “língua escrita”, evitando, com isso, gerar maiores repetições.

Quando se reporta à oralidade, é comum muita gente pensar logo na imagem ou ideia de duas pessoas conversando, interagindo entre elas. Tal percepção surge na cabeça porque a oralidade é uma atividade comum a todas as línguas do mundo, além de constituir-se em uma atividade que acompanha o indivíduo desde o seu nascimento.

No que se refere à escrita, não há como apontar o que vem ao pensamento, pois é necessário considerar alguns fatos, por exemplo, o fato de existir ainda culturas ágrafas (é o caso dos povos indígenas). Além disso, há também de se considerar que a escrita teve um surgimento tardio se comparado ao da oralidade, como sugere Marcuschi (*op. cit.*). Conforme Havelock (1995, *apud* MARCUSCHI, 2007, p. 95), apesar de a escrita ter surgido há alguns milênios, faz apenas cinco séculos que ela vem se expandindo pelo mundo. Partindo deste fato, o grande questionamento, que muitos linguistas, sociolinguistas e outros interessados no assunto levantam é o porquê de a escrita ser tratada com total supremacia em relação à oralidade, se aquela surgiu depois.

Forte-Ferreira e Gondim (2015, p. 95) apresentam como resposta uma citação de Marcuschi (2003, p. 18):

A fala (enquanto manifestação da prática oral) é adquirida naturalmente em contextos informais do dia a dia e nas relações sociais e dialógicas que se instauram desde o momento em que a mãe dá seu primeiro sorriso ao bebê. Por outro lado, a escrita

(enquanto manifestação formal de letramento), em sua faceta institucional, é adquirida em contextos formais: na escola. Daí também seu caráter mais prestigioso como bem cultural desejável.

Ao formular esta resposta, Marcuschi (2003, p. 18) a chama de “mito da supremacia social e cognitiva da escrita sobre a oralidade”. Para o autor, não se deve tratar com superioridade nenhuma das modalidades, pois afinal cada uma desempenha uma função na sociedade. Além disso, conforme o estudioso, é preciso considerar que a relação existente entre as modalidades da língua está dentro de um contínuo que parte do nível mais informal ao mais formal. Ou seja, tanto a modalidade falada quanto a escrita variam, dependendo de alguns aspectos, como veremos mais adiante.

Apesar de a escrita assumir maior prestígio social nas sociedades letradas, já que é a partir dela que tomamos conhecimento da cultura antiga, é preciso entender que a oralidade é muito mais usada na vida de qualquer indivíduo. É o que informam Marcuschi e Dionisio (2007, p. 13-14) em seus escritos: “Portanto, mesmo vivendo numa sociedade em que a escrita entrou de forma bastante generalizada, continuamos falando mais do que escrevendo”. Os referidos autores (*Ibid.*, p. 27) chamam a atenção para o fato de lugares que fazem bastante uso da escrita, a exemplo, segundo eles, das escolas, universidades e institutos de pesquisa, se utilizarem, na verdade, muito mais da fala do que da escrita. Por essa razão, é fundamental que trabalhem ambas as modalidades.

Partindo ainda do pressuposto da supremacia atribuída à escrita para o universo escolar, percebemos, com base nas leituras feitas sobre o ensino da oralidade e da escrita, que as aulas de língua portuguesa dedicam maior tempo em exercícios escritos do que propriamente atividades que proporcionem trabalhar com a língua falada. Sobre esse ensino defasado da língua materna, Forte-Ferreira (2015, p. 97) traz a seguinte afirmação de Castilho (1998, p. 13):

Não se acredita mais que a função da escola deve concentrar-se apenas no ensino da língua escrita, a pretexto de que o aluno já aprendeu a língua falada em casa. Ora, se essa disciplina se concentrasse mais na reflexão sobre a língua que falamos, deixando de lado a reprodução de esquemas classificatórios, logo se descobriria a importância da língua falada, mesmo para a aquisição da língua escrita.

A afirmação de Castilho (1998, p. 13) é uma crítica a instituição escolar que, na verdade, nem trabalha com a língua falada e nem sequer com a língua escrita como

realmente deve ser, pois restringe a esta apenas o ensino “de esquemas classificatórios”. Quanto a isso, não é cabível entrar em maiores detalhes, para não perder o foco sobre a questão que interessa de fato nesse trabalho.

O que chama a atenção e, de certa forma, é preocupante, é o fato de encontrar, ainda hoje, professores com esse tipo de pensamento, bem como estudantes e outras classes de profissionais que insistem em enxergar a oralidade como sinônimo de informalidade e compreendendo o processo da escrita como algo que reside apenas a formalidade. Ou seja, muitos ainda não entenderam que as relações entre um e outro funcionamento da língua se dão num contínuo, e que, como postulam Marcuschi e Dionísio (2007), perpassam pelos gêneros textuais. Assim, há situações de fala que pedem um tratamento mais formal, como uma palestra, uma entrevista de emprego, e outras de caráter mais informal, como é o caso de uma conversa entre amigos. O mesmo se dá com a escrita, em que a produção de um artigo científico exige alto grau de formalidade, enquanto que a de um bilhete, por exemplo, é concedido o uso de uma produção menos elaborada, um uso informal.

Outra relação existente apontada por Marcuschi e Dionísio (2007), é que as modalidades da língua não dispõem de uma forma linguística que possa demarcar o território, informando que este texto é oral ou que este texto é escrito. Isto é, não há um artigo, um pronome, uma preposição etc., que seja para o uso específico da oralidade ou da escrita. No entanto, o referido autor esclarece que existem algumas “estratégias preferíveis” que cabem à fala e outras à escrita. Por exemplo, os marcadores conversacionais (bom, né?, viu?), as repetições, correções, elipses, anacolutos, interjeições, digressões, dentre outras que são próprias ou características do texto oral.

Em relação ao texto escrito, essas marcas que aparecem na oralidade tendem a desaparecer. Muito embora seja possível encontrar em textos literários escritos algumas dessas marcas tidas como orais. Dino Preti (2004, *apud* MARCUSCHI, 2007, p. 74) cita como exemplo um trecho da obra de João Antônio (1975), no qual se tem as repetições. “A gente caía para a rua. Catava que catava um jeito de se arrumar. Vender pente, vender jornal, lavar carro, ajudar camelô, passar retrato de santo, gilete, calcadeira...”.

Outro exemplo de texto literário em que a fala aparece refletida na escrita é o seguinte trecho da obra *Macunaíma* do brasileiro Mário de Andrade (1993, p. 9) que

relata: “Os manos se admiraram da inteligência do menino e voltaram os três pra maloca”.

Como podemos perceber, é comum surgir em gêneros literários estratégias ou, como também se pode chamar marcas da fala. Por essa razão, é importante conceber a oralidade e a escrita como modalidades da língua que têm relações próximas, e não apenas entendê-las como dois polos distantes.

Aliás, Marcuschi (2007) vem rebatendo alguns estudos que intentam mais para uma visão dicotômica, entre a oralidade e a escrita, do que para a relação de proximidade que existem entre elas. Uma das dicotomias, tidas como falsas pelo referido autor, diz respeito àquela que já foi bastante discutida aqui, que é o fato de caracterizar a fala como sendo heterogênea e a escrita como sendo homogênea, pois ambas as modalidades variam.

Outra dicotomia que precisa ser desconstruída da mente das pessoas é a referida por Marcuschi (*op. cit.*, p. 28) como a “grande divisa”. Segundo ele, não é correto afirmar assim como fez Jack Goody (1977), David Olson (1977) e Walter Ong (1998) que a fala é contextualizada, implícita, concreta, redundante, não planejada, imprecisa e fragmentária, enquanto a escrita seria o oposto a tudo isso. Para o estudioso, tais dicotomias não são convenientes, mas, antes de tudo, são tidas como perigosas. Isso porque elas não estão baseadas no uso real da língua, mas apenas em aspectos ideológicos e estruturais. Dessa forma, cada termo qualificativo deste será relativo, uma vez que depende da interpretação de quem lê ou ouve.

Segundo Marcuschi e Dionisio (2007, p. 59), existe apenas uma única dicotomia entre a fala e a escrita: é a que diz respeito aos meios utilizados para representá-las. A escrita serve-se do sinal gráfico, enquanto a fala se manifesta através do som. No entanto, os referidos autores concordam com os linguistas Koch e Osterreicher (1990) quando estes comentam que tal dicotomia não está relacionada ao fenômeno linguístico. Todavia, a dicotomia é relevante, uma vez que o som se perde no tempo, e a grafia fica resguardada em algum instrumento tais como a pedra, o papel.

Vejamos o quadro que mostra as características que diferem a fala da escrita, refutadas por Marcuschi (2007).

Quadro 1- Características distintivas entre a fala e a escrita

Fala	Escrita
Interação face a face.	Interação à distância (espaço-temporal).
Planejamento simultâneo ou quase simultâneo à execução.	Planejamento anterior à execução.
Impossibilidade de apagamento.	Possibilidade de revisão para operar correções.
Sem condições de consulta a outros textos.	Livre consulta a outros textos.
Ampla possibilidade de reformulação: essa reformulação é marcada, pública, pode ser promovida tanto pelo falante como pelo ouvinte.	A reformulação pode não ser tão marcada, é promovida apenas pelo escritor.
Acesso imediato ao <i>feedback</i> do ouvinte.	Sem possibilidade de <i>feedback</i> imediato.
O falante pode processar o texto, redirecionando-o a partir das reações do ouvinte.	O escritor pode processar o texto a partir das possíveis reações do leitor.

Fonte: Andrade (1998).

Como primeira característica da fala tem-se “interação face a face” (ANDRADE, 1998). Isso significa, em outras palavras, que há um maior envolvimento entre o falante e ouvinte, por eles estarem inseridos dentro de um mesmo tempo e espaço, diferentemente da escrita em que o escritor e o leitor estão totalmente distanciados.

Sobre a segunda característica da fala, a saber: “planejamento simultâneo ou quase simultâneo à execução” (ANDRADE, 1998), compreendemos que o planejamento não é anterior a produção do falante, ou seja, o falante produz seu discurso em um tempo presente. Não há tempo suficiente para pensar naquilo que irá dizer. Conseqüentemente, isso gera o uso de repetições, de digressões, enfim de todas aquelas estratégias já vistas. Enquanto na escrita o produtor possui tempo satisfatório para planejar seu discurso, antes que este tome a forma de produto.

No entanto, Marcuschi (2007) discorda totalmente de autores que seguem esta mesma linha de pensamento de Andrade (1998). Para aquele, as duas modalidades são planejadas, só que este planejamento acontece de forma diferente. Até a fala mais informal, é planejada, pois ela também é guiada por regras.

Andrade (1998) cita como terceira particularidade da fala a “impossibilidade de apagamento”. Isto é, o falante não detém do uso da borracha ou da tecla “delete”, assim como o escritor tem em seu domínio para apagar aquilo que não considera “bom”. No mínimo, o falante pode reformular seu texto, mas jamais poderá apagá-lo de vez.

Em relação à quarta característica traçada pela autora em relação à fala, a saber: “sem condições de consulta a outros textos” (ANDRADE, 1998), podemos

entender que, de certa forma, esta característica é relativa, pois tudo irá depender do gênero textual em situação de uso. Em uma conversa entre amigos, por exemplo, o falante não carrega consigo textos, nos quais possa fazer referência, pois a conversa gira em torno de fatos variados do cotidiano. Já em uma palestra, por exemplo, sobre “a saúde dos olhos”, um médico pode recorrer a algum texto que considere importante para expressar um dado estatístico, o resultado de uma pesquisa, o ponto de vista de outro colega, etc., assim como pode acontecer na escrita.

Sobre o quinto traço da fala, a autora ressalta a “ampla possibilidade de reformulação: essa reformulação é marcada, pública, pode ser promovida tanto pelo falante como pelo ouvinte” (ANDRADE, 1998). Todavia, entendemos que isto só é possível porque, como já foi explicitado, os interlocutores ocupam um mesmo tempo e espaço. O que já é marcadamente impossível na escrita.

Segundo a referida autora, a fala possibilita ainda, como sexta particularidade, o “acesso imediato ao *feedback* do ouvinte”. Em outras palavras, acreditamos que, como a interação acontece face a face, é natural que o ouvinte expresse uma reação perante o desempenho do falante. Contrário ao que ocorre com a escrita, pois a interação acontece por uma distância espaço-temporal.

E como última característica da fala, Andrade (*op. cit.*) aponta o seguinte: “o falante pode processar o texto, redirecionando-o a partir das reações do ouvinte”. Ou seja, o falante tem a oportunidade de perceber se o seu discurso está agradando e se o mesmo está sendo compreendido.

Em relação à escrita, Andrade (*op. cit.*) também considera que é possível o escritor processar o texto a partir das reações do leitor. No entanto, consideramos que esta posição pode estar equivocada ou, quem sabe, podemos arguir que não está bem explicitada. Isso porque, como sabemos, o escritor e o leitor encontram-se em tempos e espaços diferentes. Sendo assim, não há como descobrir as reações dos leitores. A menos que, no caso de uma publicação de um livro ou outro suporte, tenha sido divulgada alguma pesquisa que se pronuncie a respeito sobre o “que o público ouvinte achou de determinado lançamento”. As reações dos leitores, acerca de um determinado texto escrito, só seriam possíveis de se conhecer através de um contato imediato, em um ambiente em que ambos (leitor e escritor) estivessem ao mesmo tempo, como em uma sala de aula, por exemplo. No texto oral, as reações

produzidas no ouvinte são percebidas prontamente por meio das “caras e bocas” manifestadas pelo público.

Agora, tomando como base o seguinte traço característico da escrita, ainda segundo a autora, a saber: possibilidade de revisão para operar correções, é que podemos compreender a afirmação de Marcuschi (2007, p. 60) que argumenta: “quando se olha para a escrita, tem-se a impressão de que se está contemplando algo naturalmente claro e definido”. Muitos podem ter essa impressão porque, talvez, tenham esquecido que no texto escrito não aparece os “borrões”, só aparece mesmo a redação final. Esse pode ser o entendimento de como surgiu a visão equivocada, e ainda atual, de que a escrita é homogênea.

2.2 Os PCN e a variação linguística em sala de aula

De acordo com os PCN (1998), a variação é natural às línguas humanas e atinge todos os níveis da língua. Isto é, qualquer língua, seja ela portuguesa, inglesa, espanhola, ou qualquer outra, apresenta diferenças quanto ao aspecto fonético-fonológico, semântico, sintático, morfológico e pragmático. E todas essas diferentes variedades linguísticas são o resultado de uma sociedade heterogênea, onde vivem os mais diferentes povos, cada um com sua cultura. Dessa forma, o uso de uma ou outra variedade linguística depende, conforme os PCN (*op. cit.*, p. 29): “[...] de fatores geográficos, socioeconômicos, de faixa etária, de gênero (sexo), da relação estabelecida entre os falantes e do contexto de fala”.

É preciso salientar que quando o aluno chega à escola, ele já tem uma noção acerca da variação linguística. Obviamente, ele pode não ser capaz de definir o que venha a ser isto, bem como pode acontecer que ele nunca tenha ouvido falar neste termo. No entanto, o aluno sabe, ainda que de forma inconsciente, já que faz uso de uma variedade de seu convívio familiar, que certos modos de falar são adequados para algumas ocasiões e para outras não. Em outras palavras, o educando entende que a forma como se dirige a um colega de escola é diferente da maneira como se dirige ao professor e ao diretor. Sobre isso, os PCN (*op. cit.*, p. 81-82) explicitam:

A Língua Portuguesa é uma unidade composta de muitas variedades. O aluno, ao entrar na escola, já sabe pelo menos uma dessas variedades – aquela que aprendeu pelo fato de estar inserido

em uma comunidade de falantes. Certamente, ele é capaz de perceber que as formas da língua apresentam variação e que determinadas expressões ou modos de dizer podem ser apropriados para certas circunstâncias, mas não para outras. Sabe, por exemplo, que existem formas mais ou menos delicadas de se dirigir a alguém, falas mais cuidadas e refletidas, falas cerimoniosas. Pode ser que saiba, inclusive, que certos falares são discriminados e, eventualmente, até vivido essa experiência.

Considerando que a variação acontece na língua falada e na língua escrita, surge então a necessidade de o professor trabalhar com ambas as modalidades, mostrando que o uso de uma ou outra variedade deve se adequar ao momento ou situação comunicativa. Com isso não se está exigindo que o professor apresente todas as variedades, pois tal tarefa é impossível. O que queremos dizer é que levando em conta, o fato que os alunos, em sua grande maioria, chegam às escolas com a variedade não padrão aprendida no seu convívio social, esperamos que o professor ensine algo novo para ele, isto é, a língua padrão. Este é o entendimento que se tem a partir da seguinte passagem dos PCN (*op. cit.*, p. 30):

Tomar a língua escrita e o que se tem chamado de língua padrão como objetos privilegiados de ensino-aprendizagem na escola se justifica, na medida em que não faz sentido propor aos alunos que aprendam o que já sabem. Afinal, a aula deve ser o espaço privilegiado de desenvolvimento de capacidade intelectual e linguística dos alunos, oferecendo-lhes condições de desenvolvimento de sua competência discursiva. Isso significa aprender a manipular textos escritos variados e adequar o registro oral às situações interlocutivas, o que, em certas circunstâncias, implica usar padrões próximos da escrita.

É bom esclarecer que a forma que o aluno traz de seu ambiente familiar não deve ser tachada como errada, pois isto seria puro preconceito linguístico. Nem tampouco é correto pensar que o intuito do professor é ensinar a falar de uma única maneira, a forma-padrão. Mas, antes, o dever do professor é mostrar que a variedade linguística se modifica dependendo da situação comunicativa, do objetivo pretendido e de com quem se fala. É o que nos mostram os PCN (*op. cit.*, p. 31) neste trecho:

No ensino-aprendizagem de diferentes padrões de fala e escrita, o que se almeja não é levar os alunos a falar certo, mas permitir-lhes a escolha da forma de fala a utilizar, considerando as características e condições do contexto de produção, ou seja, é saber adequar os recursos expressivos, a variedade de língua e o estilo às diferentes situações comunicativas: saber coordenar satisfatoriamente o que fala ou escreve e como fazê-lo; saber que modo de expressão é pertinente em função de sua intenção enunciativa- dado o contexto e

os interlocutores a quem o texto se dirige. A questão não é de erro, mas de adequação às circunstâncias de uso, de utilização adequada da linguagem.

Mediante a tamanha importância que o ensino da variação linguística representa na vida do aluno, faz-se necessário que as aulas de língua portuguesa contemplem este ensino e não privilegie apenas o ensino das dez classes gramaticais. É tão provável que este ensino deve ganhar espaço nas aulas de língua portuguesa que, dentre os objetivos gerais elencados pelos PCN, três estão relacionados à variação linguística.

Sobre o primeiro objetivo, os PCN (*op. cit.*, p. 33) assim expressam: “conhecer e valorizar as diferentes variedades do Português, procurando combater o preconceito linguístico”. Diante disso, podemos entender que, considerando que as variedades expressam a cultura de um povo, e conseqüentemente o aspecto histórico, não há razões para preconceitos. Se fosse esta variedade exclusiva de alguma pessoa, até que seria compreensível. Porém, como estas variedades são próprias de uma comunidade de falantes, não há motivos para preconceitos, do tipo piadas ou mesmo gozações.

Quanto ao segundo objetivo, os PCN (1998, p. 33) mostram:

[...] reconhecer e valorizar a linguagem de seu grupo social como instrumento adequado e eficiente na comunicação cotidiana, na elaboração artística e mesmo nas interações com pessoas de outros grupos sociais que se expressem por meio de outras variedades.

Isto significa, em outros termos, que toda variedade, seja ela comum entre pessoas de um mesmo grupo, seja ela diferente entre um e outro grupo, todas têm sua importância. Aliás, todas elas cumprem o papel principal da linguagem: o de comunicar.

E o terceiro e último objetivo traçado pelos PCN (*op. cit.*, p. 33) relata que o aluno deve estar apto a “usar os conhecimentos adquiridos por meio da prática de análise linguística para expandir sua capacidade de monitoração das possibilidades de uso da linguagem, ampliando a capacidade de análise crítica”. Em outras palavras, o aluno só aprende a policiar-se quanto ao uso adequado da linguagem se exercitar a tarefa de analisar o seu próprio discurso assim como o do outro.

Um dos grandes erros que o professor de língua materna comete é implantar, na cabeça dos alunos, a ideia de que toda atividade verbal deve acontecer de acordo com a norma culta. Isto é, independentemente das pessoas com as quais

interagimos, do lugar, do propósito comunicativo e de qualquer outra coisa, temos que primar pela norma culta. Agindo assim, o professor, perante os seus discentes, tenta passar um ideal de língua uniforme e homogênea. Porém, sabemos que jamais este ideal virá a concretizar-se realmente em qualquer língua.

Diante disso, podemos entender que alguns professores parecem não ter compreendido ainda como deve ser encarada a variação linguística dentro e fora da sala de aula, assim como também muitas outras pessoas não entendem. Só para se ter uma ideia de como as coisas já chegaram, de certa forma, ao extremo, podemos citar a tentativa frustrada do Conselho Nacional de Cultura que, no ano de 1980, tentou coibir a publicação da revista do personagem Chico Bento, do escritor Maurício de Sousa. De acordo com o Conselho, a revista seria um mau exemplo as crianças, que, por sua vez, falariam igualmente ao Chico Bento (BORTONIRICARDO, 2004).

Ora, se o próprio Conselho Nacional de Cultura, que é o responsável pelo desenvolvimento cultural, não compreendeu que é a partir de personagens como o Chico Bento, que as crianças da zona urbana têm a oportunidade de conhecer como falam os moradores do campo (o que necessariamente não significa rotular que todos que residem na zona rural falem daquele jeito), imaginemos o que passa pela cabeça dos professores ao lidar em sala de aula com os vários alunos “Chico Bento”.

Os professores e as pessoas escolarizadas, de um modo geral, tendem a designar estas diferenças na fala, como as de Chico Bento, por exemplo, como erros gramaticais. Se fugir da norma culta da língua, já é considerado como erro. No entanto, eles não atentam para o fato de que este modo de conceber as diferenças pode trazer consequências a vida de qualquer pessoa. Uma vez que, considerando-se incompetente quanto ao uso da língua, o indivíduo pode acabar se privando de falar. É o que acontece com muitos alunos, que tendem a não mais participar das aulas. Além de que estes alunos acabam acreditando que não sabem falar e nem escrever.

Pensando nisso, Antunes (2007) aponta que para desenvolver a competência linguística do aluno, a escola tem de prezar pelo trabalho com a diversidade, no sentido mais amplo da palavra. Assim, temos a diversidade quanto a: modalidade de uso da língua - deve-se trabalhar com o texto oral e escrito; de norma - trabalhar com a norma culta e que fogem a essa norma; de registro - promover o contato com

texto formais e informais; de interlocutores - deve haver o diálogo entre pessoas de diferentes faixas etárias, de papéis sociais diferentes, de diferentes graus de intimidade; de suportes - trabalhar com textos que circulam em livros, revistas, jornais; de funções - textos de finalidades distintas como os expositivos, apelativos, informativos; de universos de referências - de temas diversos como trabalho, lazer; de tipos - narrativo, descritivo, dissertativo, expositivo e injuntivo; de gêneros textuais - músicas, notícias, cartas, resumos; de complexidade desses textos - textos fáceis e difíceis, textos curtos e longos.

Dada à importância do ensino da variação para com a capacidade discursiva do educando, finalizamos o presente capítulo, apresentando pelo menos três das diversas propostas de atividades sugeridas pelos PCN sobre como o professor pode trabalhar com a variação linguística.

A primeira proposta dos PCN (1998, p. 82) sugere: “transcrição de textos orais, gravados em vídeo ou cassete, para permitir identificação dos recursos linguísticos próprios da fala”. Esta proposta é fundamental logo quando o professor estiver introduzindo o assunto, pois a partir dela os alunos irão compreender que existem marcas próprias da oralidade.

Como segunda proposta, os PCN (*op. cit.*, p. 82) trazem: “edição de textos orais para apresentação, em gênero da modalidade escrita, para permitir que o aluno possa perceber algumas das diferenças entre a fala e a escrita”. Esta segunda sugestão serve, na verdade, como um complemento da primeira proposta. Isto porque, se o aluno não teve tempo para escutar ou mesmo não compreendeu as marcas da oralidade presentes no áudio do vídeo, agora ele terá mais uma oportunidade para aprender, já que aparecerá registrado através da escrita um texto oralizado. Esta tarefa também é atrativa, uma vez que o aluno poderá consultá-la outras vezes, diferentemente do vídeo trazido pela professora.

E, finalmente, como terceira sugestão de atividade, os PCN (*op. cit.*, p. 82) citam: “análise da força expressiva da linguagem popular na comunicação cotidiana, na mídia e nas artes, analisando depoimentos, filmes, peças de teatro, novelas televisivas, música popular, romances e poemas”. Nesta atividade, o aluno aprenderá que para cada gênero textual existe uma linguagem que lhe é própria. E, também, que para cada uso linguístico há uma finalidade comunicativa: declarar algo, emocionar, provocar riso, incitar a reflexão, trazer relaxamento e bem-estar, dentre outras finalidades.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a Sociolinguística Variacionista tenha adquirido o posto de ciência autônoma um pouco tarde, se comparada com as demais ciências humanas, é inegável o fato de que seus estudos tenham trazido muitas contribuições. Além das explicações quanto ao caráter variável e mutável da língua, esta ciência apontou caminhos sobre como deve acontecer o ensino da variação linguística no espaço escolar.

A Sociolinguística como ciência que coloca em discussão a variação demonstrou que a língua não é homogênea, muito menos estática. Ela está a cada dia se transformando, assim como a sociedade se transforma. Considerando, então, esta face heterogênea da sociedade, surgem, na língua, diferentes modos de falar. Cada um vem mostrar a identidade cultural da comunidade linguística a que o falante pertence.

Graças à Sociolinguística, ficou compreendido que são os falantes comuns que implementam mudanças na língua, e não os *experts* da língua ou as classes privilegiadas. É evidente que se a língua muda com o passar do tempo, é porque as pessoas propuseram mudanças, pois apenas os seres humanos usam a linguagem verbal como forma de se comunicar.

Em relação à variação, depreendemos que este fenômeno é comum a todas as línguas do mundo. Sendo assim, quebra-se o mito arraigado de que “brasileiro não sabe falar” ou que “brasileiro fala errado”. Na verdade, a variação linguística está diretamente relacionada com os aspectos de natureza social. Desta maneira, cada uso linguístico é condicionado tanto a fatores sociais como grupos etários, *status* socioeconômico, grau de escolarização, mercado de trabalho e rede social quanto a fatores de natureza linguística como nível fonológico, morfossintático, semântico e discursivo.

Quanto à classificação, a variação linguística diverge entre autores, no entanto podemos considerar a seguinte: diatópica, diastrática, diamésica, diafásica e diacrônica. Estas englobam todas aquelas as demais refletidas neste estudo.

Percebemos que, assim como não existe homogeneidade quanto às formas de falar, também não há homogeneidade quanto à escrita. Com esta constatação, se deve ter o máximo de cuidado para não rotular e ser favorável a certas dicotomias e

características que visam a distinguir a oralidade da escrita. Considerar certos adjetivos que depreciam a fala, tais como, “redundante”, “fragmentária”, ou atribuir adjetivos que engrandecem a escrita, como, por exemplo, “precisa” e “planejada” é muito perigoso. Isso porque pode haver situações em que estes adjetivos mudam de posição. Assim, o adequado é contemplar a oralidade e a escrita como modalidades da língua que estão passíveis a variações de menor ou maior grau de formalidade, portanto dentro de um *continuum*.

Os PCN de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental seguem esta mesma visão apregoada pela Sociolinguística Variacionista. Eles apoiam a ideia de que a variação acontece tanto na oralidade quanto na escrita. Além disso, correlaciona este fenômeno da língua com fatores sociais, orientando que o adequado é trabalhar com os gêneros textuais.

Com base na leitura desse documento oficial, portanto, compreendemos que os professores de língua materna não devem evitar o trabalho com a variação linguística, pois, caso contrário, estarão primando a exclusão. Além disso, para o estudo da língua portuguesa sob o direcionamento da variação, os PCN, mesmo já há muito elaborado, dão boas orientações.

No que concerne à metodologia adotada para esta pesquisa, podemos afirmar que foi suficiente, uma vez que nos possibilitou seguir os passos adequados para se atingir o objetivo proposto.

Mediante tudo o que foi visto, e levando em conta a abordagem dos PCN (1998), sugerimos que, para trabalhar a variação linguística em sala de aula, primeiramente o professor de língua materna, juntamente com os professores das outras áreas, deve primar pelo variado dos gêneros textuais. Esperamos que eles trabalhem os conteúdos curriculares de maneira criativa, ou seja, que as atividades de revisão, de fixação e de verificação de aprendizagem não aconteçam simplesmente em virtude da língua escrita formal.

Nesse sentido variar o uso dos gêneros textuais é relevante para o trabalho com a variação linguística, uma vez que possibilita o alcance da oralidade e da escrita. Os professores podem explorar a variação linguística, mostrando ao alunado elementos que são peculiares a cada texto, tais como: certas expressões linguísticas, gírias, termos comuns a uma determinada região ou comunidade de falantes, dentre outros. Além disso, o professor pode e deve fazer uso de recursos audiovisuais para mostrar textos de caráter informal e formal. Ele pode, por exemplo,

trazer gravações de fala espontânea de uma comunidade ou pode solicitar que os alunos a tragam. Pode apresentar uma entrevista que circulou na televisão, levar a letra de uma música regional, ou ainda pegar uma canção da década de 30 e outra atual para comparar o vocabulário, o sentido etc.

Portanto, esperamos que esta pesquisa sirva de subsídio para alunos e professores, bem como para aqueles interessados em estudos sobre o trabalho com a língua em sala de aula, especialmente, sobre a variação linguística, oralidade e escrita, que é a temática desta pesquisa, embora entendamos que o que aqui foi exposto trata-se apenas de uma incitação a reflexões mais profundas, não constituindo, portanto, em uma discussão pronta e acabada.

REFERÊNCIAS

ALKMIM, T. M. Sociolinguística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001.

ANDRADE, M. L. C. V. O. **Língua falada e língua escrita: como se processa a construção textual**. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/maluv013.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2016.

ANTUNES, I. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. (Estratégias de ensino; 10).

_____. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. (Estratégias de ensino; 5).

BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____. Educação bidialetal: O que é? É possível? **Revista Internacional de Língua Portuguesa**, n. 7, p. 54-65, jul. 1992

_____. **Manual de Sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 106 p.

CEZARIO, M. M.; VOTRE, S. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). **Manual de Linguística**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CHAGAS, P. A mudança linguística. In: FIORIN, J. L. (Org.). **Introdução à linguística I: Objetos teóricos**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

FARACO, C. A. **Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FIORIN, J. L. (Org.). **Introdução à linguística I: Objetos teóricos**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. (Org.). **Linguística? Que é isso?** São Paulo: Contexto, 2013.

FORTE-FERREIRA, E. C.; GONDIM, M. V. C. Oralidade e escrita: reflexões para um ensino significativo da linguagem. In: ARAÚJO, A. S. et.al. **Reflexões linguísticas e literárias**. Fortaleza-Ce: HBM Shopping das Cópias, 2015. 313 p.

KENEDY, E. Gerativismo. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). **Manual de Linguística**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

LABOV, Willian. **Padrões sociolinguísticos**. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scheherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 1969.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCUSCHI, L. A.; DIONISIO, A. P. (Orgs.). **Fala e escrita**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

NARO, A. J. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PIETROFORTE, A. V. A língua como objeto da linguística. In: FIORIN, J. L. (Org.). **Introdução à linguística I: Objetos teóricos**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PRIBERAM. Dicionário de Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/DLPO/>>. Acesso em: 30 Maio. 2016

VIOTTI, E. Mudança linguística. In: FIORIN, J. L. (Org.). **Linguística? Que é isso?** São Paulo: Contexto, 2013.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

CASAGRANDE, F. C. G. **Língua falada e língua escrita: uma proposta didática para as aulas de língua portuguesa**. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/lingua_falada_e_lingua_escrita_uma_proposta_didatica_para_as_aulas_de_lingua_portuguesa.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2016.

PRESTES, M. L. M. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia**. 4. ed. São Paulo: Rêspel, 2012. 312 p.; 30 cm.

VARGAS, M. V. A. M. **Processos discursivos de oralidade e de escrita no ensino de língua portuguesa**. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/download/37324/40044.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2016.